

HEGEMONIA E DEMOCRACIA ENSAIO SOBRE O PT NO SEU TRIGÉSIMO ANIVERSÁRIO

Hegemony and Democracy Essay on the PT on its thirtieth anniversary

Eduardo **BELLANDI** (Bacharel em Filosofia pela USP e Membro do Núcleo de Estudos d'O Capital, São Paulo, Brasil)



PT 30 Anos

“... seria, numa primeira instância, uma república democrática, numa segunda uma transição de uma revolução burguesa incompleta para uma revolução proletária popular e, finalmente, uma ditadura do proletariado ou, como na expressão que recorda as opiniões de Blanqui e que refletiu a temporária proximidade dos dois (Marx) grandes revolucionários no pós 1848 imediato: a revolução permanente”.

(Eric J. Hobsbawm em A Era do Capital, p. 46)

Quando da vitória do Capitalismo na Guerra Fria, em 1991, com a queda da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, já era decorrido pelo menos quinze anos que no Brasil a esquerda havia sido derrotada na luta armada pela então vigente ditadura militar.

Fruto da primeira, a *guerra quente* que se travava então, com os últimos focos da Guerrilha (rural) no Araguaia, deixava em frangalhos a esquerda – quer aquela que se entregara à luta armada como alternativa de contraposição ao regime militar, quer a outra (como o PCB) que apenas e novamente mergulhara na clandestinidade imposta por exigência da *guerra fria* (que variava de temperatura conforme a região geográfica do globo onde era travada e) que opunha blocos Capitalista e Socialista desde o final da Segunda Guerra Mundial.

Aquilo que restava em frangalhos era a alternativa *ortodoxa*¹ da luta revolucionária pelo Socialismo, em nada adaptada a uma sociedade de caráter ocidental, afeita à tradição da disputa *democrática*² própria de modelos de sociedades burguesas onde o poder político era definido em eleições, com sufrágio universal e secreto.

Porém, foi com a (primeira e segunda) crise³ do petróleo – nos anos de 1973 e 1979 respectivamente – que o fator que viria a resultar no início do longo processo de superação – que arriscamos supor ainda não terminado – da ditadura militar em uma democracia de modelo ocidental de caráter representativo parlamentar e burguês, teria seu início.

O movimento social que daí resultou, de modo a abarcar as camadas da sociedade, que até então, a luta armada não conseguira convulsionar, tomou o nome de *Greves do ABC*, como referência às cidades que formavam o polo industrial paulista, localizado no entorno da cidade de São Paulo, onde se deu.

A massa de trabalhadores industriais que se mostrara indiferente até aquele determinado momento, se não mesmo desconhecadora da luta armada contra a ditadura que até a pouco se travara; economicamente afetada pela crise energética que, por sua vez, levava a um aperto (aumento nos juros) monetário, no centro do sistema capitalista e que teve como consequência a majoração da dívida externa com que a ditadura militar sustentara o desenvolvimento econômico até então – fator amortecedor de qualquer espécie de descontentamento social - ocasionou as respectivas desvalorização da moeda, surto inflacionário e descontentamento social, levando às ruas os milhares de trabalhadores que iniciariam o movimento político destinado a pôr termo à ditadura militar.

Desse movimento surgiu o *Partido dos Trabalhadores*, que teve sua trajetória inscrita nesse modelo de redemocratização, limitada ao jogo eleitoral. Como partido de esquerda e representante de uma classe trabalhadora que aparecera como um sujeito político de existência concreta e efetiva, apenas muito recentemente; encontrava-se, desde seu nascimento, o PT, alijado das alternativas da luta de classes que se mostraram eficazes e efetivas – mesmo em nossa América Latina (como mostra o exemplo cubano) - na superação do Capitalismo.

Não obstante esses fatores limitadores de sua trajetória, soube o PT, fazer uso do potencial da classe que coube representar, no estabelecimento da hegemonia⁴ social que viria a realizar junto à sociedade brasileira, desde então.

O *caráter pedagógico do PT* – implementado ao longo da década de oitenta do século passado e estendendo-se até a eleição de Lula à presidência da república, já no ano de 2002; corresponde ao fator do *convencimento* da classe trabalhadora, um dos polos pelo qual esse partido estabeleceu sua *hegemonia* junto à sociedade brasileira.

Longe de ser a afamada ‘Carta aos brasileiros’ o fator determinante – como aliás queria fazer crer a mídia conservadora dos donos do poder – na eleição presidencial de 2002, da vitória do PT.

Tal vitória, foi sim e muito pelo contrário, fruto da trajetória desse partido (ao longo de seus vinte e dois anos de história) como defensor maior do emprego e da renda da classe trabalhadora no momento do auge das políticas neoliberais de desemprego e precarização do trabalho, resultante dos mandatos de Fernando Henrique Cardoso à frente do governo federal; os motivos que levaram à escolha de Lula, como aquele dentre os demais candidatos à presidência da república, o mais credenciado para a resolução dos problemas – do desemprego e da queda drástica da renda da classe – que, então, fizeram a diferença na escolha e atribuição do voto.

Este caráter pedagógico que a classe trabalhadora exerceu por meio do PT, ao longo de sua trajetória pode ser representado em outros e mais variados exemplos, como aqueles da Campanha das Diretas Já, Colégio Eleitoral, Assembleia Nacional Constituinte e primeira eleição de Lula a presidência da república (somente para assinalar, destes, os mais importantes), ainda na década de oitenta do século passado; a oposição programática ao neoliberalismo, variadas disputas eleitorais e primeiras vitórias à frente de governos municipais e, logo depois, estaduais, com a implementação do ‘modo petista de governar’, durante a década seguinte (a última do século XX) além de outras duas derrotas de Lula à presidência da república, são os demais exemplos que distinguiram, junto à classe trabalhadora, o PT, como seu legítimo representante.

Apenas quatro anos após a eleição de Lula como presidente da república e durante sua campanha de reeleição, em 2006; quando da explicitação do outro caráter hegemônico – aquele *coercitivo* – que a classe trabalhadora fez exercer junto à sociedade, por meio de seu partido de classe; é que ficou claramente transparente o caráter pedagógico a que nos referimos, exercido pelo PT, como fator do convencimento da classe trabalhadora, que a mídia burguesa conseguira obliterar da vista da sociedade.

Foram vários os especialistas, representantes dos mais variados institutos de pesquisa eleitoral, assim como acadêmicos dos mais variados matizes, durante aquela campanha; todos empenhados em explicar os fatores pelo qual, a maioria do eleitorado - a classe trabalhadora - não seguia a orientação dos meios de comunicação social, em mãos da burguesia dominante, na orientação pelo voto conservador, determinante até então e estabelecendo, a partir daquele momento, uma verdadeira geografia ideológica do voto.⁵

Como tais fatores, assinalavam, desde um maior convívio com (os vinte anos d) a democracia eleitoral, ou o aumento da escolaridade e da prática do voto; a mídia classista

relacionou todos esses e demais fatores, como característicos da autonomização do voto – dado à reeleição presidencial – por parte da classe trabalhadora. Deixou de considerar, contudo, o mais óbvio de todos, porém o único que a mídia, assim como a burguesia não pode (e não quis) considerar, ou seja, a existência de um partido de classe trabalhadora como resultado da consciência política da mesma classe trabalhadora.

Foi então – ao longo da disputa eleitoral do ano de 2006 – que o caráter pedagógico exercido pelo PT junto à classe trabalhadora, transformou-se – por meio da expressão da consciência de classe – em fator coercitivo desta classe sobre outra: a burguesia, legitimamente representada por seu partido da ordem – a mídia burguesa. Expressou-se desse modo a hegemonia estabelecida pelo PT junto à sociedade brasileira, que se desdobra ainda hoje nos índices de aprovação do governo Lula.

Nascido nos momentos finais da existência do socialismo como proposta efetivamente histórica para a humanidade, vigente até a década de oitenta do século passado, primeira década de existência do PT, como também a década que terminou com a queda do muro de Berlim; deverá o partido, retomar a luta pelo socialismo, presente em mais de um aspecto de sua trajetória política até então, na certeza de que não apenas um governo dos trabalhadores (o governo Lula), resolveria melhor as demandas atuais da classe trabalhadora: emprego, salário e desenvolvimento com distribuição de renda, fora do âmbito do capitalismo; como a certeza de que essas demandas, assim como os demais anseios da classe trabalhadora somente serão alcançados, em uma sociedade socialista.

A radicalização da democracia eleitoral burguesa em uma democracia efetivamente popular – e por esse termo queremos nos referir à utilização dos mais variados instrumentos de participação popular e politização da classe trabalhadora, dentre os quais, mas não apenas e para começar, aqueles inscritos na Constituição de 1988, e ainda (após vinte anos) sequer regulamentados, tais como plebiscito, referendo e projeto de lei de iniciativa popular – assim como a percebeu Marx (e Engels pode constatar com otimismo,⁶ em seu prefácio de *06 de Março de 1895*, à obra de seu companheiro *Lutas de Classe em França*) e o revolucionário Blanqui (na epígrafe de Hobsbawm, acima citada), no *pós 1848 imediato*; como porta de entrada à *revolução permanente*, é o caminho que se faz necessário trilhar, por um partido que queira permanecer representante da classe trabalhadora, como o PT parece ter sido até aqui.

Tal possibilidade – qual seja aquela da utilização dos mais variados instrumentos na *radicalização da democracia* – já o perceberam (e dele fazem uso) quantos governos populares (e referimo-nos em especial à Bolívia e Venezuela) que nesta América Latina, assumiram o poder desde o final do século passado.

Mesmo aqueles detentores do pendur sempre moralizador (e algo conservador) da sociedade, como os que apresentaram e fizeram, recentemente aprovar o projeto *ficha limpa* no Congresso Nacional, já perceberam o potencial que a iniciativa democrática popular pode ter mesmo para fazer realizar projetos potencialmente conservadores e prejudiciais à classe trabalhadora.

Acreditamos, porém, que a politização da classe trabalhadora, para a qual a realização efetiva de uma *república democrática* constitui o mais eficiente instrumento, deverá contribuir e mesmo efetivar o retorno do socialismo como horizonte dessa classe trabalhadora no século XXI.

Notas

1. Referência que se faz ao modelo da Revolução Russa de 1917, para a qual o Partido Bolchevique - partido de quadros, de modelo adequado à intervenção em sociedades de caráter oriental, afeito à tomada violenta do poder, por meio de um golpe ou revolução próprio a uma sociedade de caráter despótico pouco ou nada esclarecido, onde deveria atuar uma máquina política partidária azeitada e ágil – serve de modelo e instrumento revolucionário.
2. Não resta ilusão com relação àquilo que aqui leva o nome democrático:
refere-se ao modelo ocidental de representação parlamentar burguesa, que de democrático tem, quando muito, a eleição, pelo voto, de tempos em tempos, de uma elite – nome pouco apropriado por sinal – de supostos representantes a ocupar cargos de poder estatal, constituindo verdadeira oligarquia a alijar do poder a participação popular.
3. A crise que por esse nome se denomina, queremos crer, não foge ao modelo, cíclico, das crises típicas do sistema Capitalista, como veremos sucintamente, a seguir.
4. Quando nos referimos ao termo *hegemonia*, o fazemos conforme o conceito estabelecido por Gramsci, que o compreende como síntese dialética de dois termos – *coerção e convencimento* – antitéticos; assim como Hegel estabelece, na lógica dialética, a oposição entre vida e morte, que podem ser sintetizados no sentimento da dor.
5. Assim definimos a orientação ideológica do voto característico de uma determinada *consciência de classe*, ou na famosa atribuição que Marx nos legou: ‘classe para si’.
6. Otimismo, que ressaltamos, seria posto duramente à prova, no decorrer do século XX, como mostra a história da *revolução e contrarrevolução na Alemanha*.

Juventude Metalúrgica e Sindicato
ABC Paulista, 1999-2001



Agnaldo dos Santos

Agnaldo dos Santos

Juventude Metalúrgica e Sindicato ABC Paulista 1999-2001

“Livro desenvolvido a partir das pesquisas do autor durante seu mestrado em sociologia na USP, *Juventude metalúrgica e sindicato no ABC Paulista (1999-2001)* procura desenvolver uma reflexão sobre a relação existente entre trabalhadores identificados como jovens e seus canais de representação trabalhista. O autor discute também as várias concepções de juventude adotadas ao longo dos dois últimos séculos e o papel destinado a ela nos debates políticos e acadêmicos, bem como o impacto das transformações socioeconômicas recentes no mundo do trabalho”.